



## O presidente Bush busca enfraquecer o Protocolo de Kyoto e tenta articular acordos ambientais sem fixar metas de redução e por fora do quadro da ONU

por 35% do total mundial das emissões (mesmo com apenas 5% da população), desistiram do protocolo em 2001. Assim, o acordo, ratificado atualmente por 174 países, só entrou em vigor em fevereiro de 2005, após a adesão da Federação Russa.

### Bush muda o tom

Os Estados Unidos enfrentam uma forte pressão para se adaptar aos novos tempos de mudanças climáticas. O país registra o maior índice de emissão de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) per capita. O ex-presidente Bill Clinton chegou a apoiar o Protocolo de Kyoto, mas, antes que ele fosse ratificado pelo Congresso norte-americano, novas eleições levaram à Casa Branca o atual presidente, George W. Bush, que, depois de tomar posse, em 2001, retirou o país das negociações. Bush afirmou várias vezes que o papel da atividade humana no aquecimento global não estava comprovado. Nos últimos meses, porém, pressionado pelos especialistas internacionais, pela opinião pública de seu país, além de pela maioria democrata no Congresso, adotou uma atitude mais conciliatória (veja mais na pág. 64).

Mesmo assim, ele insiste em dizer que assinar o Protocolo de Kyoto não está em seus planos. Seu argumento é que apenas um país economicamente próspero é capaz de enfrentar as consequências do aquecimento global e financiar o desenvolvimento de tecnologias limpas, que tendem a ser mais caras. Em março de 2007, ele assinou um memorando de cooperação tecnológica com o Brasil para a produção de biocombustíveis, como o álcool de cana e o biodiesel, para diminuir a dependência do



**ENERGIA DO SOL** No sul da Espanha, a primeira usina solar da Europa ajuda a reduzir as emissões de gases

petróleo. Afirmou que seu plano é reduzir em 20%, num prazo de dez anos, o consumo de gasolina nos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, 28 dos 50 estados norte-americanos e dezenas de empresas multinacionais sediadas nos Estados Unidos já estão adotando voluntariamente medidas de redução de gases poluentes com o objetivo de combater o aquecimento global.

A opinião pública norte-americana, que, até recentemente, também duvidava dos efeitos do aquecimento global, está mudando de idéia, sobretudo depois da divulgação do filme *Uma Verdade Inconveniente*, do ex-vice-presidente Al Gore (veja na pág. 41). Isso coloca o presidente em uma saia justa. As negociações para a diminuição dos gases do efeito estufa estão sendo realizadas à sua revelia, comandadas pelos países europeus. Nos últimos tempos, Bush tenta se reaproximar dos seus antigos aliados e assumir a dianteira na questão do clima, mas com os próprios termos. Ele admite que devem ser tomadas medidas para cortar as emissões de gases poluentes, mas não quer metas.

Sua estratégia é enfraquecer o Protocolo de Kyoto e obter compromissos fora do âmbito da ONU, como expressão da mesma política unilateralista que aplica em outras áreas. Sugeriu que os EUA e outras 14 nações responsáveis pelas maiores emissões de carbono, incluindo países em desenvolvimento, se reunissem paralelamente, mas teve de aceitar, na reunião da cúpula do G-8 – os sete países mais industrializados e a Federação Russa –, em junho, a menção à necessidade de cortar pela metade as emissões até 2050, como propõem os europeus.

### Reduções na Europa

Obedecer às metas do Protocolo de Kyoto, porém, não tem sido fácil mesmo para os países que sempre as defenderam. A União Européia, responsável por 15% das emissões mundiais, esperava alcançá-las abandonando o carvão, ampliando o uso da energia nuclear e fechando as indústrias poluidoras em nações do ex-bloco comunista. De fato, isso ocorreu em um primeiro momento. Após 1990, com a derrocada dos regimes comunistas, houve um corte acima de 30% nas emissões da Federação Russa, Hungria e Polônia. O problema é que isso correspondeu a uma brutal queda na produção industrial. Nos últimos anos, com a volta do crescimento econômico, as emissões tornaram a subir, anulando a redução obtida.

Os países europeus mais desenvolvidos, como Alemanha, França e Reino Unido, conseguiram cortar emissões. O Reino Unido, que reduziu em 14%, pensa em ir além da meta de Kyoto e se propõe a cortar 60% de suas emissões até 2050. E a União Européia já se comprometeu com metas ainda mais ambiciosas ao final da vigência de Kyoto, em 2012. Uma das estratégias para isso é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), previsto no Protocolo de Kyoto, cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável em países mais pobres.

### Créditos de carbono ou MDL

O MDL permite que os países ricos invistam em projetos de redução de emissões em nações que não tenham de cumprir metas, financiando a implantação de tecnologias mais limpas ou o uso de energias renováveis.



**FUMACÊ** Rio Branco, a capital do Acre, envolta pela fumaça provocada pelas queimadas nas matas próximas

Dessa forma, eles podem adquirir “créditos de carbono” que os auxiliem a cumprir seus compromissos. Indústrias e usinas térmicas a carvão ou petróleo na Europa ou no Japão, por exemplo, que dificilmente poderiam substituir sua matriz energética a curto prazo, podem, assim, investir no funcionamento, em outra parte do planeta, de empreendimentos menos poluentes. Dessa forma, acumulam créditos que “contam pontos” para atingir a meta de redução.

O primeiro projeto baseado no MDL do Protocolo de Kyoto a ter o registro aprovado foi implementado em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, financiado pela Holanda. Ali, foi desativado o antigo lixão e, em seu lugar, construído um aterro sanitário. O metano, produzido pelo lixo e liberado em processos de decomposição de material orgânico, em vez de ir para a atmosfera, está sendo cap-

turado e usado em uma usina na produção de energia – substituindo os combustíveis fósseis. Projetos como esse, dois anos após a implementação do Protocolo de Kyoto, existem às centenas. O Brasil investe em ações que incluem reflorestamento, introdução de fontes de energia limpas e implantação de aterros sanitários.

### China, o maior poluidor

Os maiores investidores no mercado de carbono são as nações em desenvolvimento mais problemáticas em matéria de poluição – Índia e China. Os dois países baseiam sua atividade econômica no uso do carvão como matriz energética, embora a Índia tenha mais alternativas que a China, pois pode explorar gás natural, energia eólica, solar e hidrelétrica. Maior emissor mundial de dióxido de carbono a partir de 2006, a

China é um problema de difícil solução, pois o forte crescimento de sua economia amplia no mesmo ritmo a emissão de gases.

O governo chinês, porém, resiste a assinar um compromisso de redução de emissões para quando expirar Kyoto, em 2012, e se defende afirmando que, por ser um país em desenvolvimento, não pode ter obrigações. Isso, porém, reforça os argumentos dos EUA contra os termos do protocolo, dizendo que sua economia sofreria com a concorrência chinesa, que, sem metas de redução, poderia produzir mais barato. A China responde, no entanto, com certa dose de razão, que na conta per capita, cada chinês emite apenas um quinto de um norte-americano.

### Brasil

No caso do Brasil, o desmatamento e as queimadas respondem por cerca de 75% do dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) produzido. Desse total, 59% são provenientes da Amazônia. O peso da destruição nas áreas de florestas é tão grande que São Paulo, a metrópole mais industrializada do país, assume papel secundário no cenário de emissões de carbono. No total, nosso país responde por 4% das emissões globais de CO<sub>2</sub>, sendo 3 pontos percentuais fruto de desmatamento.

O governo brasileiro, porém, não se considera em pé de igualdade com os países industrializados. Argumenta que a quantidade de emissões no inventário só se refere ao período que vai de 1990 a 1994. Se for considerada, porém, a contribuição brasileira desde o começo da industrialização mundial, há 200 anos, o país responde por 1% do problema e não deve assumir as mesmas metas dos países desenvolvidos.

## Como andam as discussões

Reuniões diplomáticas não faltam para discutir o destino do planeta. Em dezembro, será realizada a COP-13, em Bali, na Indonésia, cujo objetivo é traçar para 2008 as linhas gerais das metas e dos compromissos a ser estabelecidos para depois da vigência do Protocolo de Kyoto, a ser posto em prática após 2012. A expectativa é que os 35 países industrializados que assinam o acordo (e talvez os EUA) assumam maiores compromissos para combater o aquecimento global. Da parte dos países em desenvolvimento,

o que se espera é que os mais expressivos (e maiores emissores de gases do efeito estufa), como China, Índia e Brasil, também assumam metas concretas de redução para suas emissões a partir de 2012.

Em novembro de 2006, ocorreu a COP-12, em Nairóbi, no Quênia. Nela, foi recusada a proposta brasileira de fundos voluntários dos países ricos para financiar a proteção de florestas no mundo. A maioria dos participantes defende uma solução de mercado, e não doação de recursos.

Para o governo brasileiro, o problema do aquecimento global deve ser equacionado com a mudança da matriz energética dos países desenvolvidos, já que cerca de 80% das emissões dos gases do efeito estufa vêm do uso de combustíveis fósseis. O Brasil tem uma matriz energética mais limpa, com forte participação de hidrelétricas, e reduziu o desmatamento. Nas próximas reuniões, o país estuda estratégias para incluir na discussão a Amazônia, seu grande trunfo nas negociações climáticas.